

## ▶ TRIBUNA

VALDIR C. COSTA

## Demora na promoção da reforma fiscal pode comprometer o governo

Com a posse do governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma constitucional foi finalmente iniciada. No entanto, houve uma certa distorção das prioridades. O Congresso, num primeiro semestre de comportamento exemplar, conseguiu aprovar quatro das cinco emendas da ordem econômica. A que restou, quebra do monopólio do petróleo, está em curso — já passou em primeiro turno do Senado. Agora, as luzes se voltam para outro tema: a reforma administrativa, que poderá devolver à União, estados e municípios a governabilidade, com o fim da estabilidade de servidores em excesso.

Não há motivos para contestar a necessidade de tais mudanças. No entanto, a tão polêmica reforma tributária foi colocada em segundo plano. Pior ainda, ninguém se preocupa em discutir a reforma fiscal. Aliás, é bom que se diga, reforma tributária e reforma fiscal são temas diferentes. Quando se fala em reforma tributária, o que está em análise são os tributos, impostos, contribuições e taxas; quem e o que paga, quanto paga e como paga, além, é claro, da definição de como os recursos provenientes desses tributos serão distribuídos. A reforma fiscal está ligada à tributária porque depende dos recursos oriundos dos impostos. Mas ela trata especificamente do uso da receita, ou seja, é justamente a reforma fiscal que pode acabar com boa parte dos vícios que criam e sustentam o déficit público, dando equilíbrio às contas do governo.

Há pouco tempo, foi submetido ao Congresso Nacional, o Orçamento da União para o ano de 1996. No projeto, o Governo previu gastos de mais de R\$ 330 bilhões. Quase R\$ 140 bilhões desse total vão ser aplicados na administração direta. Isto significa, na teoria, que o Brasil necessita de R\$ 330 bilhões, ou aproximadamente três vezes a dívida externa do País, para o seu sustento em um ano. Na prática sabe-se muito bem que isso não funciona. Uma peça, de toda a engrenagem do Estado, que venha apresentar um deslize e pronto, o plano de investimento limitados ao orçamento vai por água abaixo.

Justamente neste ponto está a importância de um sistema fiscal eficiente. Delimitar a aplicação das dotações orçamentárias, impedindo que o oportunismo político enverede pelas lacunas de uma legislação debilitada e obsoleta. Para ilustrar podemos citar o seguinte: de algumas semanas para cá, temos ouvido falar muito das ARO's - são as antecipações das receitas orçamentárias, que permitem a estados e municípios pedir dinheiro emprestado em bancos, com o comprometimento dos próximos orçamentos. Um bom exemplo do que pode causar esse tipo de procedimento, às vezes irresponsável, é o

Banespa. Um terço da dívida do Estado de São Paulo foi contraído pelo governador Orestes Quércia, com as famosas ARO's.

Outro item imprescindível para a governabilidade é a previsão de gastos adicionais, ou seja, a inclusão de um fundo de reserva. Todos os países estão sujeitos a dificuldades momentâneas, catástrofes e outros tipos de imprevisto. O Fundo Social de Emergência, cuja prorrogação é tida como algo fundamental para a preservação da estabilidade, deveria ter essa única função - cobrir eventuais despesas não previstas no orçamento, no entanto acabou usado até para comprar guloseimas para os militares.

Caso não haja prorrogação do FSE - agora Fundo de Estabilização Fiscal, o governo estará com suas contas muito justas e apertadas para o ano que vem. Alguns parlamentares dizem que de antemão, o Executivo entrará em 96 com um déficit de mais de US\$ 30 bilhões. O Ministério do Planejamento desmente.

Outros problemas são verificados na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde o governo estabelece metas e prioridades para a administração do ano seguinte, indicando o tamanho e o destino das fatias do bolo, que é o próprio orçamento. Se não predominar o bom senso, alheio às pressões políticas, haverá um grande desgaste, que logo em seguida pode ser traduzido na ineficiência de alguns setores de prestação de serviços, saúde, educação etc.

Finalmente chegamos ao PPA - O Plano Plurianual, que fixa os programas de longo prazo, que o Executivo pretende colocar em prática. Esse projeto exige muita responsabilidade e, sobretudo, o controle absoluto do governo sobre a situação vivida no País. Trata-se de um cronograma um tanto complexo e extremamente frágil, justamente por se referir a quatro anos posteriores ao da edição do PPA. A elaboração do Plano Plurianual pode balizar ou simplesmente desmontar um governo.

Trocando em miúdos, a reforma fiscal é que pode conduzir um país a um processo de desenvolvimento e crescimento seguro. Com metas bem definidas e a escolha de um caminho com o menor número possível de atalhos e percalços, não há como errar, a menos que os governantes estejam blefando, ou seja, enganando a população com o discurso demagógico que ainda é visto como característica inerente à classe política.

**VALDIR CAMPOS COSTA**, auditor independente e tributarista, é diretor responsável da Conape - Auditores Independentes, pós-graduado em Administração/Finanças, membro do PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais e membro da Comissão de Auditores Independentes - 5ª Seção Regional Ibracon